

O PODER ESTRUTURAL DO GRUPO DO BANCO AFRICANO DE DESENVOLVIMENTO (AFDB) EM ANGOLA: UMA ANÁLISE À LUZ DA ECONOMIA POLÍTICA INTERNACIONAL¹

Tilson António Dias André²

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo analisar o poder estrutural do grupo do Banco Africano de Desenvolvimento (AFDB) em Angola. Os objetivos específicos consistem em: contextualizar o AfDB no sistema internacional; analisar seu papel na economia angolana; interpretar seus efeitos a partir da teoria da dependência e do poder estrutural. Para melhor compreender essa temática e alcançar os objetivos preconizados, utilizou-se o método de revisão de bibliografia teórica. Dialogando com diversas perspectivas da teoria da dependência aplicada ao continente africano, bem como a visão de Susan Strange como uma das precursoras da EPI (Economia Política Internacional) para refletir sobre o poder estrutural e a hierarquia monetária nas relações entre as Instituições Financeiras Internacionais. Portanto, a análise revelou que o AFDB é um espaço de disputa de poder entre as potências ocidentais e os Estados africanos no cenário internacional. Apesar da configuração do sistema decisório do AfDB, a relação do AfDB com as instituições financeiras internacionais ainda não ganhou tanta aproximação apesar das agendas internacionais. E, por último, não obstante aos interesses do AFDB, embora a sua intervenção em Angola tenha colaborado para tentativas de diversificação da economia e sustentabilidade do país.

Palavras-chave: Economia Política Internacional; Banco Africano de Desenvolvimento; Angola – dependência; poder estrutural.

ABSTRACT

This article aims to analyze the structural power of the African Development Bank (AfDB) Group in Angola. Its specific objectives are to: contextualize the AfDB within the international system; analyze its role in the Angolan economy; and interpret its effects through the lenses of dependency theory and structural power. To better understand this subject and achieve the stated objectives, a theoretical literature review was conducted. The study engages with various perspectives on dependency theory as applied to the African continent, as well as the views of Susan Strange—a pioneer in International Political Economy (IPE)—to reflect on structural power and monetary hierarchy in the relationships between International Financial Institutions. The analysis reveals that the AfDB serves as a site of power struggle between Western powers and African states on the international stage. Despite the AfDB's decision-making structure, its relationship with other international financial institutions has not yet deepened significantly, notwithstanding international agendas. Finally, the study notes that, despite the AfDB's own interests, its intervention in Angola has contributed to efforts aimed at economic diversification and the country's sustainability.

Keywords: International Political Economy; African Development Bank; Angola – dependency; structural power.

¹ Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Bacharelado em Relações Internacionais, da Universidade de Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), sob a orientação da Prof.^a Dr.^a Ivette Tatiana Castilla Carrascal.

² Graduando do Bacharelado em Relações Internacionais pela UNILAB.

1 INTRODUÇÃO

O surgimento e o funcionamento dos Bancos Multilaterais de Desenvolvimento visam acudir às demandas do desenvolvimento sustentável enquanto agenda internacional mediante projetos e investimentos em áreas específicas delimitadas pelos objetivos das organizações, sendo crescente cada vez mais o número das instituições financeiras internacionais (aproximadamente 35), desde o Bretton Woods, porém, a sua intervenção, sobretudo nos países em desenvolvimento, é posta em questionamento quanto à dependência em detrimento do desenvolvimento que se anuncia (Bauman, 2017).

O AFDB é uma instituição multilateral de desenvolvimento em África, formada por 54 países membros regionais e 27 (8) não regionais, alarga o escopo de gestão pelas demandas dos países africanos (AFDB, 2015). É composta por três órgãos: o Banco Africano de Desenvolvimento, fundado em 1963, o Fundo Africano de Desenvolvimento (1972) e o Fundo Fiduciário da Nigéria (1976). Os objetivos do AFDB são traçados de acordo com as prioridades operacionais de tempo em tempo. Atualmente, o AFDB visa promover o desenvolvimento socioeconômico dos países africanos por meio de ações articuladas em busca de resultados esperados, concessão de empréstimos e investimento de capital aos seus países membros regionais com base em vários critérios de elegibilidade, fornecimento de conhecimento, dados, relatórios e consultorias aos países membros (Runde, 2019).

Essas ações coordenadas do AFDB, entendidas como os cinco eixos de prioridades (High 5s) para o desenvolvimento africano, a saber: iluminar e eletrificar a África, alimentar a África, industrializar a África, integrar a África, e melhorar a qualidade de vida do povo africano, conduzem as suas ações em busca do desenvolvimento socioeconômico dos Estados africanos e se alinham aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS-2015) (AFDB, 2015). Em contrapartida, o economista Runde (2019) considerou que a diversidade e quantidade dos objetivos podem constituir dificuldades para o seu cumprimento, sugerindo foco em objetivos mais específicos e únicos, apesar da delimitação dos objetivos e esferas de atuação.

Ao analisar a atuação do AFDB é importante levar em consideração dois momentos, o primeiro demarcado pelos 30 anos iniciais voltados à luta pela independência e estabilidade política dos estados africanos e o segundo momento, de reconstrução nacional e desenvolvimento do bem-estar social, econômico e político. Sendo que a Covid-19, as crises climáticas globais, os conflitos mundiais e no continente africano constituem desafios para o AFDB apontados, a partir dos relatórios anuais publicados desde 2011 (AFDB, 2015).

Segundo Bond (2017) quanto à relação Sul-Norte, no cenário internacional, apresenta uma visão receosa. Pela possibilidade de intensificar o empobrecimento dos Estados africanos, dependência e, conseqüentemente, comprometer a soberania e a promoção do desenvolvimento socioeconômico dos Estados. Contudo, deixar de manter relações pode não ser o meio viável, porém, a reconfiguração e mudança de posição de dependente para autônomo e ativo no exercício do poder oportuniza melhor as relações e andamento dos projetos agendados, desde a arrecadação de fundos e distribuição. Olukoshi (2017) defendeu a necessidade de se desvincular dos países ocidentais, todavia, realçou a urgência de redefinir os caminhos pelos quais os países subdesenvolvidos podem alcançar transformações socioeconômicas, políticas e culturais considerando a divisão internacional de trabalho.

Neste artigo, interessa observar o AFDB em Angola, sendo parceiro desde 1983. Para melhorar a qualidade de vida da população, vários projetos foram acordados, implementados, concluídos e cancelados ao longo do tempo, não obstante que a economia de Angola se baseia no modelo do mercado com dependência ao petróleo, representando 28,9% do PIB e 95% das exportações. Dados que refletem insegurança pela volatilidade no mercado internacional e a necessidade de acelerar os projetos e programas que visam a diversificação da economia. Outrossim, o PIB cresceu cerca de 0,9% em 2023, muito abaixo dos 3,5% projetados no início do ano e do crescimento de 3% em 2022 (AFDB, 2024). Este fraco crescimento ficou marcado pela queda da produção do petróleo e a variação no seu preço (sendo o Kwanza, moeda oficial de Angola, com pouco valor no mercado mundial) e do próprio dólar, tendo a desvalorização cambial de 60% em 2023 (AFDB, 2024).

Assim sendo, o objetivo geral deste artigo é analisar o poder estrutural do grupo do Banco Africano de Desenvolvimento (AFDB) em Angola. Tendo como objetivos específicos, contextualizar o AfDB no sistema internacional; analisar seu papel na economia angolana; interpretar seus efeitos a partir da teoria da dependência e do poder estrutural. Para a realização deste artigo, utilizou-se o método qualitativo quanto à sua abordagem, realizada através da revisão bibliográfica teórica analítica das teorias do “Poder Estrutural e da Dependência” aplicada ao AFDB e sua interferência em Angola.

O artigo está organizado em três seções, a primeira trata da discussão teórica sobre o poder estrutural político global de Susan Strange dialogando com as perspectivas da teoria da dependência, na segunda seção aborda-se sobre as instituições financeiras internacionais, principalmente o grupo do Banco Africano de Desenvolvimento (AfDB) e sua atuação em Angola, destacando os projetos e programas investidos e por final, são apresentadas reflexões sobre os efeitos do AfDB em Angola com base o referencial teórico construído.

2 DEPENDÊNCIA, PODER ESTRUTURAL E DESENVOLVIMENTO: UMA LEITURA A PARTIR DA ECONOMIA POLÍTICA INTERNACIONAL

Esta seção se destina a discussão teórica de um dos campos da Economia Política Internacional, dialogando com perspectivas de Susan Strange (2015), uma das precursoras desse campo, desenvolvendo a teoria conhecida como “Poder Estrutural” abordando as influências política, econômica, social dos estados no cenário internacional, paralelamente, a teoria da Dependência que teve bastante contributo a partir da CEPAL, pensada no continente africano pelos pesquisadores, Patrick Bond; Adebayo Olukoshi; Ndlovu-Gatsheni; Peter Evans; Ian Taylor (2017), sem desmerecer o contexto do seu surgimento e realidade³, porém, reafirmamos o seu poder explicativo e aplicativo ao contexto africano, a fim de compreender a funcionalidade do Banco Africano de Desenvolvimento como palco de disputa política e econômica e sua relação com Angola.

2.1 TEORIA DA DEPENDÊNCIA

Evans (2017, Pp. 27-28, tradução nossa) “identifica dois pensamentos da teoria da dependência: a estruturalista e a marxista⁴. Os estruturalistas estudam as variações do desenvolvimento na arena global e consideram que tipos de políticas levariam a caminhos mais desejáveis. Os marxistas argumentam que é quase impossível escapar das distorções e limitações do desenvolvimento na periferia sem construir uma alternativa socialista”. A teoria da Dependência procede do marxismo e é vista como uma teoria das Relações Internacionais, ganhou notoriedade na CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e Caribe), cujo foco reside nas assimetrias dos países do norte e sul global, marcada pela industrialização dos países, dado que as relações comerciais, econômicas e políticas entre, são condicionadas pela dependência, sendo o sul produtor de produtos primários para o norte e posterior a compra de produtos industrializados.

Apesar das discussões sobre a relevância da teoria da dependência nos dias atuais, Ndlovu-Gatsheni (2017) e Taylor (2017) explicam que o seu poder explicativo não morreu para

³ Consultar a obra: [Teoria da dependência - Google Books](https://www.google.com.br/books/edition/Teoria_da_depend%C3%Aancia/7m_2DwAAQBAJ?hl=pt-BR&gbpv=1&dq=inauthor:%22Theotonio+Dos+Santos%22&printsec=frontcover).

https://www.google.com.br/books/edition/Teoria_da_depend%C3%Aancia/7m_2DwAAQBAJ?hl=pt-BR&gbpv=1&dq=inauthor:%22Theotonio+Dos+Santos%22&printsec=frontcover.

⁴ Dentre os estruturalistas encontramos Prebisch, Furtado, Sunkel, Paz, Pinto, Tavares, Jaguaribe, Ferrer, Cardoso e Faletto. Os marxistas se encontramos, além de Cardoso e Faletto, que aparecem ligados a ambas as escolas, os demais pensadores mencionados são: Baran, Frank, Marini, Dos Santos, Bamber, Quijano, Hinkelammert, Braun, Emmanuel, Amin e Warren.

compreender a configuração do desenvolvimento dos países africanos, asiáticos e sul americanos, sem desconsiderar as razões históricas (contacto civilizacional de exploração colonial, no século XV)⁵, hoje esquecidas que contribuíram para o empobrecimento dos países do sul global. Partindo desse ponto de vista, ela se enquadra perfeitamente neste estudo para analisar se realmente, o AFDB continua sendo um palco de disputa política e econômica de reprodução do neocolonialismo e exploração de capital dos países africanos.

Em diálogo com a visão de Susan Strange (2015), não só a teoria da dependência, a teoria do poder estrutural também continua viva para analisar não as formas dessa desigualdade dos países africanos, mas como as estruturas se formaram contemporaneamente e tem sido mudadas ao longo do tempo pelas relações de poder.

Nessa perspectiva, o economista Bond (2017), retoma o pensamento da teoria da dependência para apresentar como o Norte Global sempre foi enriquecido e o sul empobrecido por essas relações de poder, que durante as décadas de 80/90, os Estados Africanos dependiam do norte para recepção de medicamentos de combate ao HIV/SIDA e AIDS, sendo elevado o custo para população africana, atingindo 15. 000 dólares americanos por ano para cada pessoa. Estes e outros exemplos, revelam o domínio do norte nas estruturas “Produção” - como em projetos agrícolas e de infraestrutura rural; “Financeira” - concessão de empréstimos, por exemplo; “Conhecimento” - difusão de conhecimentos, modelos de políticas públicas; “Segurança” - reduzir riscos de instabilidade/ desenvolvimento).

Para Bond (2017, p. 67, tradução nossa), esse processo ocorre pela transferência de valor, isto é, “quando os países africanos importam capital e bens de consumo com alta mais-valia enquanto exportam produtos locais de baixo valor”. Condicionando aa relações e a acessibilidade dos bens e serviços a população, porém, a guisa de solucionar essa dependência, Evans, (2017) chega à conclusão que uma das estruturas do poder (produtiva - industrialização), não é suficiente, porém, era um caminho capaz de proporcionar condições necessárias para o desenvolvimento, sendo uma perspectiva linear e com diversas contestações, pois, não se trata de um setor, mas de uma estrutura.

Uma outra justificativa de Evans (2017) comprovada pelos seus estudos consiste, em primeiro lugar, no fator emprego que a industrialização não consegue responder e em segundo estão as dinâmicas proporcionadas pelo capitalismo hoje, difícil de conciliar a industrialização com o bem-estar da população. Nessa senda, Olukoshi (2017), discute se o subdesenvolvimento é um estado natural dos países africanos que só pode ser mudado se seguir a lógica ocidental

⁵ O encontro entre a Europa-África-América foi a semente que resultou no subdesenvolvimento.

(imitar o mesmo modelo, sem considerar a história), criando divisão entre países desenvolvidos (norte) e subdesenvolvidos (sul), isto é, o sul dependente do norte para desenvolver. Corroborando com essa perspectiva, Evans (2017, tradução nossa), afirmou que “a economia política do Norte global define o contexto em que os países do Sul devem operar”. Porém, Taylor (2017) não acredita na naturalização do subdesenvolvimento dos países africanos, alegando que “há algo errado” com a África ou com os africanos para que o desenvolvimento não seja bem sucedido.

Essa desvinculação não se refere à ruptura total com o resto do mundo, porém, no domínio das atividades econômicas, priorização das necessidades sociais, políticas e econômicas por parte dos Estados africanos e não depender da magia do mercado (Taylor, 2017). Concomitantemente, Bond (2017) considera que a dependência dos países africanos no sistema internacional e sua relação com os demais Estados não africanos continua, não só promovida pelos países ocidentais como também os países do BRICS, cujo mecanismo de exploração não leva em consideração, o sistema de responsabilização, acionistas, responsabilidade corporativa e sistemas de injustiça. Fato que pode ser visualizado pela extensão do poder Chinês no comércio e na construção de infraestruturas em Angola.

Entender que o AFDB contribui para a reconstrução dos Estados africanos após a independência, com projetos executados é fundamental, todavia, olhar que os problemas africanos também se concentram a sua elite como promotores da corrupção⁶ e dependência colonial, tendo o domínio de governança dos seus Estados, não se constata alternativas políticas e econômicas eficientes diferente do modelo colonial na perspectiva da decolonialidade, razão pela qual, Ndlovu-Gatsheni (2017, p. 39, tradução nossa) enfatiza que “o maior mendigo é o presidente africano que viaja de país para outro com uma tigela de esmolas e se seu presidente é arrogante ao mendigar, sofre consequências”, o que revela dependência⁷ extrema dos Estados africanos. Não obstante, o AFDB não é excludente pelos seus 27 Estados não regionais⁸ que são os maiores acionistas financeiros e se questiona se não têm maior poder decisório. Portanto, essa hipótese de ponto de vista teórico não é confirmada pela estruturação do sistema decisório, concedendo apenas $\frac{2}{3}$ dos votos para os membros não regionais e 70 % para os Estados

⁶ Desde os anos 2020, Angola se manteve no intervalo de 23 - 36, embora tenha registado números mais baixos nos anos anteriores. [Índice de Percepção da Corrupção 2025 - Transparency.org](https://www.transparency.org/en/corruption-perceptions-index).

⁷ Lista de dívida externa dos países africanos. [Dívida Externa - lista de países - África](https://pt.tradingeconomics.com/country-list/external-debt?continent=africa). <https://pt.tradingeconomics.com/country-list/external-debt?continent=africa>

⁸ Estados membros não regionais: Argentina, Áustria, Bélgica, Brasil, Canadá, China, Dinamarca, Finlândia, França, Alemanha, Índia, Itália, Irlanda, Japão, Coreia, Kuwait, Luxemburgo, Países Baixos, Noruega, Portugal, Arábia Saudita, Espanha, Suécia, Suíça, Turquia, Reino Unido, Estados Unidos da América; Emirados Árabes Unidos (só no ADF). <https://www.afdb.org/en/countries/non-regional-member-countries/saudi-arabia>

regionais. Ainda assim, a “desvinculação” ao ocidente e a desimperialização⁹ são apontados como resolução pelos autores para se pensar no desenvolvimento dos países africanos. (Ndlovu-Gatsheni; Taylor, 2017).

2.2 PODER ESTRUTURAL

Na perspectiva de Strange, o sistema financeiro internacional é modificado pelo poder decisório que as entidades possuem e exercem de forma invisível. Esse processo foi construído ao longo da história e se perpetuado nas dinâmicas de poder que na sua concepção torna-se difícil dissociar o poder político e econômico, sendo os dois interconectado em sua prática, dado que, o poder estrutural é entendido como o poder que determina as estruturas (Produção, Financeira, Conhecimento, Segurança) da política global, pelas quais, as instituições, cientistas e profissionais devem operar (Strange, 2015).

Com base nessa concepção de poder focalizada na tomada de decisão que influencia e altera o sistema internacional, Strange (2015), considera a variável histórica por parte dos EUA, no espaço ocupado e ganho de sua hegemonia nos anos 60/70. A partir desse processo, se percebe uma mudança pela introjeção do domínio do dólar e a atuação efetiva das instituições de Bretton Woods (Banco Mundial e FMI), com políticas fiscais e monetárias atrativas e com discursos humanitários, de unidade e reconstrução mundial, afetando os países subdesenvolvidos sobretudo africanos. Por essa razão, o AFDB no tabuleiro de poder político tem sido ocupado pelos países ocidentais através do sistema acionista condicionando a autonomia do AFDB na execução das suas agendas, tendo os EUA, como maior acionista (doadores), a china em segundo lugar, fator que a permite dominar a estrutura do AFDB, no processo decisório e determinação de como esses investimentos devem operar (AFDB, 2025).

3 IFIS - INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS INTERNACIONAIS

Stiglitz (1998), coloca em evidência a necessidade de repensar o papel das Instituições Financeiras Internacionais, mostrando os objetivos dos Bancos Multilaterais de Desenvolvimento que consistem na promoção do desenvolvimento econômico, redução da

⁹ Medidas a serem tomadas com vista a oposição da implementação das ideologias ocidentais como modelo de desenvolvimento dos países ocidentais para os países africanos. (Ndlovu-Gatsheni; Taylor, 2017).

pobreza extrema e a fome no mundo. Tais colocações abrem caminhos para pensar nas distinções entre Instituições Financeiras Internacionais e Bancos Multilaterais de Desenvolvimento, agências de Financiamento, Empresas Internacionalizadas e demais modelos de instituições, como também deixa em evidência no final da sua obra, Baumann (2017), a urgência de se realizar um estudo específico, apesar de não ser o foco da presente pesquisa.

Para Bhargava (2006, p. 393, tradução nossa) “IFI são instituições que provêm suporte financeiro e aconselhamento profissional para atividades de desenvolvimento econômico e social em países em desenvolvimento e que promovem cooperação econômica internacional e estabilidade”. Conceito operacional das IFIs, apesar dos objetivos e prioridades diferentes que cada uma constitui e implementa na agenda internacional.

Sequencialmente, o economista Stiglitz (1998), aponta que, a tarefa de construir uma nova ordem econômica internacional que proporcionasse estabilidade econômica, promovesse o crescimento econômico e facilitasse o desenvolvimento dos países mais pobres era um problema internacional que exigia ação coletiva. O GATT e as instituições de Bretton Woods (também chamadas de Instituições Financeiras Tradicionais) ajudaram a facilitar essa ação. Entretanto, se entende que após a segunda guerra mundial, as nações despertaram sobre a condicionalidade do desenvolvimento, e que o nível de um país interfere direta ou indiretamente no outro, logo, passou-se a pensar coletivamente no processo de cooperação entre os Estados para estimular o desenvolvimento, sobretudo dos países mais pobres. Assim sendo, o membro do Banco Mundial, acreditava que “o desenvolvimento é possível, mas não inevitável”. (Idem, 1998). Tendo em consideração os papéis que as instituições desempenham para se alcançar como será observado adiante no (quadro 1).

Quadro 1 - Papeis das Instituições Financeiras Internacionais

Papeis das Instituições Financeiras Internacionais	
1	Preenchimento de lacunas no mercado financeiro pela fraqueza nos fluxos de capitais para os países em desenvolvimento.
2	Fornecimento de investimentos a longo prazo, uma vez que os bancos comerciais apresentam dificuldades.
3	Fornecimento de informações, conhecimentos, políticas alternativas e certificações para os países.
4	Apoio ao capital privado para lidar com as novas realidades financeiras.
5	Fornecimento de instrumentos de empréstimos financeiros.
6	Olhar para os impactos de um mundo global e desenvolvimento em função dos projetos em realização, tendo em conta, o bem-estar da população e o comportamento do meio ambiente face às transformações, além do crescimento do PIB.
7	Melhorar o mercado financeiro internacional.
8	Supervisionar a liberalização da conversibilidade da taxa de câmbio dos países para fins comerciais.

Fonte: Elaboração própria com base (Banco Mundial; Stiglitz, 1998).

O papel das Instituições Financeiras também é definido pelos seus objetivos e jurisdição, sendo classificados em “nacionais, subnacionais, regionais, sub-regionais e internacionais ou multilaterais, que atuam em escala mundial com metas estabelecidas” (Marodon, 2020). Nessa senda, Keohane (1998), aponta para as Instituições Financeiras Internacionais como a mão direita da cooperação, de modo a promover as relações interestatais. Dado que a inexistência das Instituições Financeiras condiciona o sistema financeiro internacional e a compreensão do seu funcionamento permitem o seu desenvolvimento ao longo do tempo. Não obstante, do choque de poder pelas agendas das instituições financeiras internacionais pela falta de alinhamento e diálogo entre elas, bem como, os diversos projetos que os Estados procuram executar diretamente com outros Estados ou organizações, gerando repetições de ações voltadas ao desenvolvimento (Stiglitz, 1998; Guedes, 2018; Baumann, 2017).

Dialogando com Bhargava (2006) os processos de condicionalidades, efetividades, legalidades dos Bancos Multilaterais de Desenvolvimento aplicados aos países solicitantes de empréstimos podem conferir poucas resoluções dos problemas, e abrir caminho para aumento

da dívida externa dos países africanos. Comparativamente, às demais IFIs e o AfDB, quanto a sua condicionalidade diferem de um intervalo de 5 a 10 anos, diferente das instituições tradicionais (3-5 anos), (AFDB, 2025).

Portanto, apesar da importância do AFDB no sistema internacional o seu funcionamento é bastante questionável porquanto do sistema de votos¹⁰, em função dos países que detêm o poder de decisão, por esse fato, Coelho, (2012), afirmou que as instituições financeiras internacionais também contribuem para a reprodução da desigualdade dos países membros sendo que definem as agendas de prioridades que geralmente beneficiam mais os países ricos do que os países em desenvolvimento, principalmente os EUA que apresentam maior ação em todas as instituições financeiras globais, logo, os países provedores conduzem ao seu modo o caminho das instituições e condicionam os países mutuários. David Ellerman (2005) colabora com essa visão, afirmando que “o sistema financeiro internacional está organizado de forma que as políticas de desenvolvimento e os níveis de financiamento são escolhidos pelos credores, não pelos receptores dos empréstimos”. Em função disto, Pereira (2016) ressalta que, os empréstimos concedidos podem causar efeitos socioeconômicos negativos para os países receptores, muitas vezes pelas condicionalidades impostas.

3.1 AFDB NO SISTEMA INTERNACIONAL

A composição e funcionamento do grupo do Banco Africano de Desenvolvimento, o BAD (financiamento não concessionado), o FAD (financiamento concessionado e doações) e o FFN, que faculta empréstimos a uma taxa de juro intermédia entre as duas, apresentam uma estrutura de funcionamento diferenciado, embora tratemos como atuação coletiva e não ações distantes. Quanto ao seu sistema decisório temos três órgãos responsáveis, nomeadamente, o conselho dos governadores, órgão de decisão estratégica, o Conselho de Administração, órgão executivo ao qual, o primeiro delega poderes, e o Presidente. Nesse âmbito, pela natureza da instituição, os membros não regionais só passaram a fazer parte em 1982, pelas ideologias Pan Africanista dos governos africanos, vestibulando assim, um sistema de votação que confere apenas $\frac{2}{3}$ do voto aos membros não regionais e 70% aos estados africanos que garante maior hegemonia e autonomia do Banco na sua atuação (AfDB, 2025; Weiss, 2008; Esteves, 2011).

¹⁰ O sistema de votos no AFDB está distribuído em 70 % para os membros regionais e 30 % para os membros não regionais, o que confere maior autonomia dos Estados africanos nas tomadas de decisão em cada proposta, porém, os Estados não regionais são os maiores acionista que na visão do Realismo, torna-se óbvio pressionar e exigir demandas que os favorecem, o que coloca certa tensão nesse processo.

Quanto a sua presidência, há registro de aproximadamente 8 presidentes africanos, nomeadamente: Mamoun Beheiry, (Sudão-Novembro de 1967 a agosto de 1970); Abdelwahad Labidi (Tunísia-Agosto de 1970 a maio de 1976); Kwame Donkor Fordwor (Gana-Maio de 1976 a julho de 1979); Goodall Gondwe (Malawi-1979 a 1980); Wila D. Mungomba (Zâmbia-Junho de 1980 a maio de 1985); Babacar Ndiaye (Senegal-Maio de 1985 a agosto de 1995); Omar Kabbaj (Marrocos-Agosto de 1995 a agosto de 2005); Donald Kaberuka (Ruanda-Setembro de 2005 a agosto de 2015) e Akinwumi Adesina, (2015-Nigéria), presidente atual. (AFDB, 2015).

Todavia, essa configuração coloca fim ao pensamento que os Estados não regionais (estados ocidentais) detêm maior parte do voto no sistema decisório nos setores estratégicos de governabilidade do AfDB, porém, o mesmo pode ocorrer de forma branda, tal como Strange (2015) alerta que o poder estrutural é manifesto de forma invisível na estrutura de poder dos Estados e o mercado, cujos efeitos podem ser visibilizados pelo estágio da economia de Angola e dos estados africanos. Por outro lado, refletir a mudança desse sistema decisório torna-se objeto de outras pesquisas pelas implicações dessa decisão, como são as ondas de contestações para o Conselho de Segurança da ONU, diferente da União Europeia e do Mercosul.

Concomitantemente, o AfDB surge como resposta autônoma aos problemas econômicos de África, apesar dos Estados membros não regionais, pois, o AfDB apresenta forte influência dos acionistas não regionais que reproduz hierarquias globais – o AfDB busca diferenciar-se simbolicamente das instituições de Bretton Woods, mas ainda opera dentro do mesmo paradigma de hierarquia monetária internacional, principalmente, pelo dólar como moeda de troca, a adoção das agendas internacionais (ODS) como prioridades das suas políticas, ideias ocidentais na governança do povo e nas decisões que exigem mudanças de paradigmas no setor econômico, social e política alinhada aos Estados não regionais.

O sistema financeiro internacional é marcado pelas relações de poder entre as diversas instituições que a compõem, sobretudo os bancos nacionais com perspectivas de internacionalização, como AIIB (Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura), o Banco Chinês e o da Alemanha, com projetos voltados ao desenvolvimento. Partindo desse olhar, as instituições internacionais tradicionais (Bretton Woods), assumem maior protagonismo em termos de atuação e visibilidade econômica, principalmente, após a segunda guerra mundial, pelas iniciativas de programas humanitários de reconstrução do mundo (Strange, 2015). Nesta senda, Stiglitz (1998) alerta sobre a necessidade de cooperação entre as diversas instituições para melhor balança econômica e relações comerciais entre os Estados. Para Bhargava (2006)

as instituições têm perpetuado assimetria e endividamento para os países africanos pelo sistema de condicionalidade, como mecanismo legítimo de aliviar a dívida.

3.2 O AFDB EM ANGOLA

Angola é um parceiro ativo do AFDB e têm desenvolvido relações desde a aderência ao AFDB, em 1980, sendo que as primeiras ações de empréstimos ocorreram 3 anos após, 1983. Hoje se registram 53 empréstimos e subvenções no valor de 2,95 mil milhões de dólares distribuídos em diversas áreas. A extensão dessa relação tem se baseado no Documento de Estratégia Nacional (CSP), de (2017-2021) aprovado em 2017, pelo Conselho de Administração do Banco (AFDB, 2024; Jornal de Angola, 2023).

O documento de Estratégia Nacional/*Country Strategy Paper* (2017-2021) foi atualizado em 2020, e se assenta em dois pilares fundamentais, o crescimento inclusivo através da transformação agrícola e o segundo pilar, apoio ao desenvolvimento de infraestruturas sustentáveis. O primeiro consiste em aumentar a competitividade econômica, auxiliar na implementação do Plano Nacional de Desenvolvimento e acelerar a diversificação da economia, através das apostas e dois grandes eixos, nomeadamente, alimentar África e industrializar África. Já o segundo pilar, “apoio ao desenvolvimento de infraestruturas sustentáveis”, visa ajudar Angola a resolver o seu défice de eletricidade e melhorar a conectividade das infraestruturas de transporte para reduzir ainda mais o custo de fazer negócios, abrir os mercados locais e regionais, ao mesmo tempo que atrai investimentos privados para fomentar o crescimento e a criação de emprego (AFDB, 2024).

Neste âmbito, como foi mencionado anteriormente, a economia de Angola foi marcada por inúmeras mudanças desde o período de luta de libertação colonial do país, saindo da potencialidade produtiva agrícola para a exportação¹¹ do petróleo, a partir da década 80, como visualizado na tabela (1) abaixo das composições das Exportações de Angola.

¹¹ Consultar dados das importações e exportações de Angola recentes: [Publicacao_638479860484258094.pdf](https://ine.gov.ao/Arquivos/arquivosCarregados/Carregados/Publicacao_638479860484258094.pdf).https://ine.gov.ao/Arquivos/arquivosCarregados/Carregados/Publicacao_638479860484258094.pdf.

Tabela 1 - Composição das exportações de Angola 1969-1989¹²

Composição das exportações de Angola
Valores em percentagens

[QUADRO N.º 2]

Ano	Café	Diamantes	Petróleo	Outras
1969	35	20	5	40
1974	20	8	51	21
1979	14	13	72	1
1984	4	3	91	2
1989	+ 0	5	94	1

Fonte: Nações Unidas - International Trade Statistics; ANGONOMICS (2015).

Importa referenciar que há uma mudança na economia angolana desde o período colonial até os dias atuais, tendo a agricultura como a fonte principal até a década de 60, sendo alterada com o processo de colonização e tendo uma aposta no setor petrolífero desde a crise internacional do petróleo de 1970, disparando o seu valor e o crescimento na cadeia de produção, todavia, a partir de 1980, a economia de Angola passou a se apoiar no petróleo com uma dependência de aproximadamente 90%, que apesar dos esforços do AfDB, a diversificação econômica ainda não reduziu a dependência de petróleo.

Em conformidade, Runde (2019) afirma que o número de pessoas subnutridas de África subiu de 200 milhões em 2015 para 224 milhões em 2016, motivada por crises econômicas (Angola - 2014), políticas (aumento de conflitos, golpe de Estado) e sociais, dado que grande parte deste grupo está situada na África subsaariana. E como medida de combate o investimento nas áreas da agricultura e desenvolvimento rural constituem prioridades para se opor a essa realidade, apesar dos setores sociais não refletirem nas mudanças reais da população. “O desenvolvimento rural pode ser entendido como um processo em que ocorre uma melhoria das condições de vida e a manutenção da população no meio rural” (Neto, 2021, p. 2). Não obstante, o fator da sustentabilidade das populações e como as necessidades básicas são supridas continuam a preocupar os governos.

4 O PODER ESTRUTURAL DO AFDB EM ANGOLA

Com base na teoria de Susan Strange são apresentados a seguir, os projetos de desenvolvimento do AfDB em Angola, em seus diversos setores como indicadores para análise

¹² Dados atuais das importações e exportações de Angola: [INE-Instituto Nacional De Estatísticas - Publicacao_638920854449912699.pdf](https://ine.gov.ao/publicacao_638920854449912699.pdf)

das mudanças do setor do conhecimento, segurança, financeiro e produtivo da sua economia. Enfatizando, que o AfDB apresenta aproximadamente 5.540 projetos, sendo divididos em: 221 aprovados, 980 em andamento, 4123 concluídos, e 2016 cancelados, em todo o continente africano.

Em Angola existem 45 projetos investidos do grupo do AfDB, em diferentes setores com 24 projetos concluídos, 8 foram cancelados, sendo 11 em estado contínuo e 2 aprovados recentemente. Os projetos em execução, cancelados e concluídos estão representados nos gráficos abaixo:

Gráfico 1 - Projetos do AfDB em Angola cancelados



Fonte: AfDB (2025, grifo nosso).

Diante desse gráfico, torna-se visível que os projetos investidos em Angola pelo AfDB, os mais cancelados são do setor Social, tendo 2 projetos cancelados no mesmo dia, 30 de dezembro de 2010, um em 1985 e outro em 1994, ligados à saúde e à educação e reintegração econômica. Portanto, para os setores de Poder, Multisetorial, Financiar e Ambiente não registram nenhum projeto cancelado, sendo que no setor da Agricultura e Desenvolvimento Rural, mais da metade dos projetos foram concluídos demonstrando assim ser o sector prioritário e fundamental.

Gráfico 2 - Projetos do AfDB em Angola contínuo

Fonte: (AfDB, 2025 - Grifo nosso).

Os projetos contínuos refletem a ação contínua do AfDB em Angola, tendo alguns renovados e não concluídos por diversas razões que se desconhece, porém, indicam que recursos financeiros não constitui o único elemento no processo de investimento, pois, é necessário considerar a realidade do país cuja ação se materializa, neste caso, Angola, que não foi isenta da crise econômica de 2014 e das constantes mudanças climáticas marcadas pela seca no sul do país, logo, o poder estrutural não é o único fator que determina as dificuldades económicas de desenvolvimento.

Gráfico 3 - Projetos do AfDB em Angola concluídos

Fonte: AfDB (2025, grifo nosso).

Os projetos concluídos marcam os maiores investimentos do AfDB em Angola, compondo 1,12 Bilhões de dólares do total de 2,95 Bilhões, justificando os valores investidos,

embora não tenham sido concluídos todos os projetos, incitando questionamentos sobre a locação dos valores injetados nos projetos cancelados. Por outro lado, os setores de saneamento, poder e transporte são os setores com menos acordos e investimentos. Agricultura e energia concentram o maior volume de investimentos. Projetos sociais têm alta taxa de cancelamento e baixo impacto apesar do crescimento recente em meio ambiente e saneamento alinhado à agenda verde do AfDB. Pois, as prioridades operacionais são definidas por votos em reuniões internacionais.

Dos dois projetos aprovados no âmbito das negociações e investimentos do AfDB em Angola, o primeiro está ligado ao setor Social “Angola-projeto Crescer” aprovado em 2018 pela primeira vez, e foi aprovado novamente em 2024. O projeto “Angola-Banco Fomenta de Angola S.A” (BFA), está sem data definida pelo AfDB. Os dois projetos aprovados datam aproximadamente 5 anos que foi efetivado, porém, não se verifica outras ações denotando certa estagnação nos acordos entre o AfDB e Angola.

Outrossim, de acordo a ficha informativa sobre Angola de 2025 dos principais desenvolvimentos econômicos, Angola, apresenta um desempenho económico de crescimento económico real do PIB (4,4%) em 2024, o mais alto em cinco anos, em comparação com 1.1% em 2023, tendo como motores do crescimento, o setor não petrolífero, com a participação da agricultura e das pescas no PIB aumentando de 6,2% em 2010 para 14,9% em 2023.

No setor petrolífero, a produção média foi de 1.03 milhões de barris por dia (bpd) no início de 2025, abaixo do pico de 2 milhões de bpd em 2009, sendo que o petróleo ainda representa 28,9% do PIB e 95% das exportações (AfDB, 2025). Esses dados, revelam uma dependência ao petróleo, notificando uma longa distância para se aproximar a diversificação da economia.

Quanto ao poder estrutural político de segurança, Angola registou maior avanço nesta área, analisando como as forças de defesa nacional e dinâmicas de cooperação militar internacional, Angola tem sido uma referência para a região Austral. Os investimentos do AfDB têm sido alocados para o desenvolvimento de tecnologias e recursos de defesa nacional como meio preventivo e garantia da estabilidade nacional, pelo histórico do país, uma vez, que os primeiros 30 anos de atuação do AfDB estavam voltados a manutenção da paz e estabilidades no continente após o jugo colonial. Para Strange (1994) a segurança baseia-se na capacidade de suprir um indivíduo diante dos perigos e de ameaçar também a segurança de um indivíduo, portanto, o AfDB apesar de ser um aliado de Angola, julga-se não ser o braço direito das relações de Angola, sendo que provoca ameaças pelo estágio da sua economia, porém, a sua retirada e a sua imposição não constituem uma insegurança para Angola (Mbabia, 2014).

Do ponto de vista do poder estrutural financeiro, o AfDB interfere diretamente na economia de Angola, sendo que o documento estratégico tem sido atualizado e avaliado quadrienalmente com vista a notificar os avanços e retrocessos. Angola, é um dos beneficiados com créditos e financiamentos de projetos de diversas ordens, embora sendo feito em dólares, o processo de pagamento torna-se plausível pelas condicionalidades facilitando a implementação das ações governamentais alinhadas ao plano do executivo. O AfDB controla fluxos de créditos e condicionalidades, mesmo que menos rígidas do que as do FMI ou Banco Mundial.

Por conseguinte, outras variáveis precisam ser analisadas para melhor compreender o quadro financeiro angolano, como a corrupção, o montante da dívida externa são variáveis que não se isolam da economia de Angola. Adiante, a estrutura do poder de produção do AfDB em Angola, constituem os projetos com prioridades pelas mudanças climáticas e afetação da seca na região sul do país. Não obstante, os projetos visam a diversificação da economia angolana, sendo marcada por vários dilemas sociais, como falta de infraestruturas, recursos tecnológicos de produção, domínio do mercado interno, oportunizando uma economia mais informal. Todavia, em todos os projetos investidos pelo AfDB para agricultura e desenvolvimento regional, apenas um foi cancelado pelo contexto de guerra, tendo 6 concluídos dos 9, um (1) cancelado e dois contínuos. Percepciona-se de igual modo, que os investimentos na agricultura (gráficos - 2/3) não são tão avultados e os números ainda são reduzidos.

Por fim, a estrutura do conhecimento, que se baseia na capacidade de influenciar crenças e ideias que são socialmente legitimadas e buscadas, funciona como meio de controle social (Mbabia, 2014) não se nega a influência das potências externas ou os membros não regionais do AfDB apresentando ideias de perspectivas dominadoras e de reprodução de discursos que visam a dependência das economias dos estados africanos nas suas relações e oportunizar empréstimos unilaterais. O AfDB produz relatório, estudos de viabilidade e consultorias técnicas que orientam políticas nacionais (como o *Country Strategy Paper* 2017-2021). Essa dimensão é central na análise de Strange, pois quem define o que é desenvolvimento tem um poder epistemológico. Molda assim a percepção de desenvolvimento orientado à formulação de políticas angolanas conforme paradigmas globais de crescimento e mercado.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O surgimento do AFDB como instituição financeira internacional de África surge como resposta à resolução dos dilemas exógenos do desenvolvimento no continente, porém, a hipótese empírica de que a maior parte das decisões são tomadas pelos Estados não regionais não configura verdade, pela configuração das funcionalidades do sistema. O AFDB continua a ser palco de disputa política, económica e financeira e para perpetuação do poder das superpotências ocidentais, colaborando com os pensadores que o AfDB, não tem respondido à altura a função pela qual surge, porém marcada como vetor de assimetrias.

Uma das justificativas dessa reflexão, consiste no entendimento do economista Runde (2019) que considera a diversidade e quantidade dos objetivos como dificuldade para cumprir esses objetivos, sugerindo o foco em objetivos mais específicos e únicos como solução para o avanço do desenvolvimento africano. Tal como, os dados mostram o sector da agricultura e desenvolvimento rural que serve de modelo para projetos específicos.

Do ponto de vista teórico é necessário definir que a teoria da dependência não é obsoleta, apesar das mudanças constantes no cenário internacional, confere inspirações para analisar as dinâmicas de poder entre o norte e sul, o desenvolvimento e o subdesenvolvimento construído ao longo da história e modificado pelas relações estabelecidas e novas configurações mundiais (Olukoshi, 2016) que neste estudo fazem todo sentido para melhor compreender de que forma podem ser melhoradas as estratégias políticas e económicas dos estados africanos e sobretudo de Angola, dialogando com Susan Strange (1994; 2015). Ficando evidente que, o AfDB embora africano, tem influência dos acionistas não regionais capaz de reproduzir hierarquias globais – o AfDB busca diferenciar-se simbolicamente das instituições de Bretton Woods, pela sua estrutura com objetivo de se opor às hierarquias de poder internacionais concedendo autonomia aos Estados africanos.

Ademais, os estudos sobre o papel das instituições financeiras internacionais ou também chamados de Bancos Multilaterais de Desenvolvimento encontram-se em construção e em transformações pela identificação dos novos Bancos Globais de Desenvolvimento que incluem instituições locais com uma atuação internacionalizada com objetivo de financiar e auxiliar tecnicamente projetos e programas de desenvolvimento sustentável.

A partir da discussão teórica destaca-se a necessidade de cooperação entre as instituições financeiras internacionais entre as antigas como as instituições de Bretton Woods e as recentes (AIID, CDB), com a finalidade de evitar réplicas nas ações de intervenção nos países em desenvolvimento (Stiglitz, 1998; Sterns; Lankes, 1998). Outrossim, o grupo do Banco

Africano de Desenvolvimento enfrenta diversas dificuldades na sua intervenção pelas condições econômicas, políticas e sociais dos 55 estados membros e pelo processo histórico.

Portanto, as estruturas do poder político configuram-se um modelo explicativo para compreender como a economia de Angola é movimentada pelas ações do AfDB, desde as primeiras relações em 1983, embora, o maior alvo seja a diversificação da economia que não se atinge até os dias de hoje, mesmo com o crescimento do seu PIB. As relações entre o AfDB e Angola são guiadas em bom rumo por ser um aliado firme nas ações governativas do país, apesar do caminho rumo a diversificação econômica não reduzir significativamente a dependência de petróleo.

REFERÊNCIAS

AFDB. Perspetivas Económicas Africanas 2024 | Banco Africano de Desenvolvimento ([afdb.org](https://www.afdb.org)). Disponível em: <https://www.afdb.org/pt/documentos-publicacoes/perspetivas-economicas-africanas-2024>

BAUMANN, Renato Coelho. **Os novos bancos de desenvolvimento: independência conflitiva ou parcerias estratégicas?**. Revista de Economia Política, vol. 37, nº 2 (147), pp. 287-303, abril-junho/2017.

BOND, Patrick. **A economia política da África e a teoria da Dependência**. In: Kvangraven, Ingrid Harvold, Styve, Maria Dyveke, Kufakurinani, Ushehweu e Santanta, Frutuoso, eds. Diálogos sobre Desenvolvimento Volume 1: **Dependência**. Instituto para um Novo Pensamento Econômico, Nova York, EUA, (112 páginas). 2017. Disponível em: <https://developingeconomics.org/wp-content/uploads/2017/06/chapter-8-the-political-economy-of-africa-and-dependency-theory.pdf/Dependency-theory-e-book-online.5.5>

BHARGAVA, Vinay. The role of International Financial Institutions in addressing global issues. In: WORLD BANK. Global issues for global citizens: an introduction to key development challenges. Washington DC, 2006.

DESAFIOS DO BAFD: Relatório do Grupo Banco Africano de Desenvolvimento 2023: África permanece resiliente a novos choques, mas o progresso e o financiamento devem ser acelerados | Banco Africano de Desenvolvimento ([afdb.org](https://www.afdb.org)). Disponível em: <https://www.afdb.org/pt/noticias-e-eventos/comunicados-de-imprensa/relatorio-do-grupo-banco-africano-de-desenvolvimento-2023-africa-permanece-resiliente-novos-choques-mas-o-progresso-e-o-financiamento-devem-ser-acelerados-61597>.

EVANS, Peter. **A relevância do desenvolvimento dependente no passado e no presente**. In: Kvangraven, Ingrid Harvold, Styve, Maria Dyveke, Kufakurinani, Ushehweu e Santanta, Frutuoso, eds. Diálogos sobre Desenvolvimento Volume 1: **Dependência**. Instituto para um Novo Pensamento Econômico, Nova York, EUA, (112 páginas). 2017. Disponível em: <https://developingeconomics.org/wp-content/uploads/2017/06/chapter-8-the-political-economy-of-africa-and-dependency-theory.pdf/Dependency-theory-e-book-online.5.5>

JORNAL DE ANGOLA. Ministério das Finanças e BAD avaliam estratégias conjuntas. Disponível em: PressReader.com - Réplicas de Jornais de Todo o Mundo.

KEOHANE, Robert O. **Global governance and democratic accountability.** Durham: Duke University, 2002.

LIMA, Aida Valadas de. **Agricultura a Tempo Parcial e Multifuncionalidade do Rural: Novas Perspectivas para o Desenvolvimento Rural?**. Actas do III Congresso de Estudos Rurais (III CER), Faro, Universidade do Algarve, SPER / UAlg, 2008.

MBABIA, Olivier. **Poder Estrutural sobre Estados Fracos: A França, e Não a China, Importa Para A África Francófona.** Austral: Revista Brasileira de Estratégia & Relações Internacionais. ISSN 2238-6912 - v.3, n.5, Jan-Jun. 2014, p. 11-40.

NDLOVU-GATSHENI, Sabelo. **Para onde vai a teoria da Dependência?**. In: Kvangraven, Ingrid Harvold, Styve, Maria Dyveke, Kufakurinani, Ushehweu e Santanta, Frutuoso, eds. **Diálogos sobre Desenvolvimento Volume 1: Dependência.** Instituto para um Novo Pensamento Econômico, Nova York, EUA, (112 páginas). 2017. Disponível em: <https://developingeconomics.org/wp-content/uploads/2017/06/chapter-8-the-political-economy-of-africa-and-dependency-theory.pdf>/Dependency-theory-e-book-online.5.5

OLUKOSHI, Adebayo O. **Teoria da Dependência: Sua Relevância Duradoura.** In: Kvangraven, Ingrid Harvold, Styve, Maria Dyveke, Kufakurinani, Ushehweu e Santanta, Frutuoso, eds. **Diálogos sobre Desenvolvimento Volume 1: Dependência.** Instituto para um Novo Pensamento Econômico, Nova York, EUA, (112 páginas). 2017. Disponível em: <https://developingeconomics.org/wp-content/uploads/2017/06/chapter-8-the-political-economy-of-africa-and-dependency-theory.pdf>/Dependency-theory-e-book-online.5.5

PEREIRA, Rafael Anício. **Finanças multilaterais: a trajetória do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento e as lições para o Novo Banco do Desenvolvimento.** 2016.

RUNDE, Daniel F. **The Role of the AfDB and the Future of Africa.** Center For Strategic & International Studies. 2019.

STIGLITZ, Joseph E. **International financial institutions and the provision of international public goods.** International financial institutions in the 21st century. Ed. Banque européenne d'investissement european investment bank. 1998.

STRANGE, Susan. **States and markets.** London: Bloomsbury, 2015.

TAYLOR, Ian. **Quanto mais as coisas mudam, mas continuam as mesmas.** In: Kvangraven, Ingrid Harvold, Styve, Maria Dyveke, Kufakurinani, Ushehweu e Santanta, Frutuoso, eds. **Diálogos sobre Desenvolvimento Volume 1: Dependência.** Instituto para um Novo Pensamento Econômico, Nova York, EUA, (112 páginas). 2017. Disponível em: <https://developingeconomics.org/wp-content/uploads/2017/06/chapter-8-the-political-economy-of-africa-and-dependency-theory.pdf>/Dependency-theory-e-book-online.5.5

WEISS, Martin. **Congressional Research Service Report for Congress - The African Development Bank Group.** Congressional Research Service, Washington D.C. 2008.